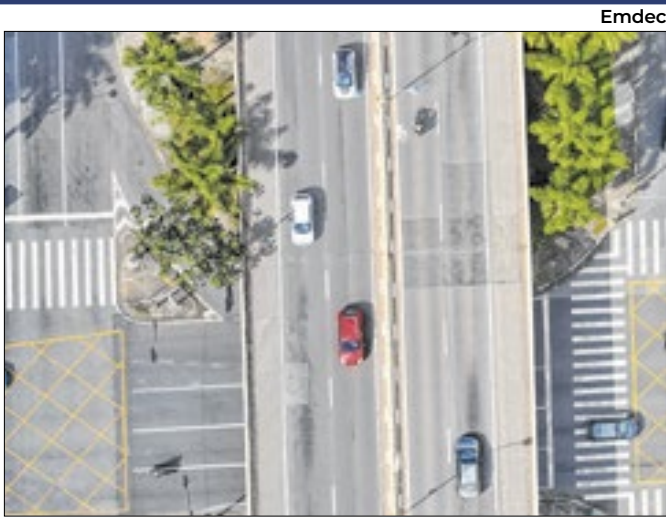


CORREIO DE CAMPINAS



Foram 57 mortes em vias urbanas e 46 em rodovias

Mortes no trânsito em Campinas (SP) caem 16%

A porcentagem de mortes em em vias urbanas e rodovias em Campinas (SP) caiu 16% este ano, quando comparada ao mesmo período do ano passado, segundo informações da Emdec - empresa municipal responsável pelo trânsito. Os dados comparam os meses de janeiro a setembro. Até setembro de 2025 houve 103 mortes, contra 123 no total dos mesmos nove meses de 2024. Dos 103 óbitos, 57 foram registrados em vias urbanas e

46 nas rodovias. No eixo urbano, perderam a vida em 2025: 29 motociclistas (51%), 20 pedestres (35%), sete ocupantes de veículos (12%) e um ciclista (2%). Apesar do índice de alerta no eixo urbano (alta de 6% nos óbitos no período acumulado), o mês de setembro computou duas mortes a menos, em relação a agosto (7x9) – queda de 22%. Campinas não registra morte de ciclista desde janeiro, quando houve um óbito. Em 2024, três ciclistas morreram.

Câmara discute orçamento 2026

Uma audiência pública será realizada nesta terça-feira (4) às 18h na Câmara Municipal de Campinas (SP) para debater o Projeto de Lei do Orçamento 2026, que foi encaminhado pelo prefeito Dário Sadi (Republicanos) e que prevê um total de R\$ 11,7 bilhões, sendo R\$ 2,64 bilhões para educação e R\$ 2,36 bilhões para saúde.

De acordo com a Câmara, o objetivo da reunião é assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas, garantir a continuidade das políticas públicas municipais, buscar transparência na aplicação dos recursos públicos e estimular a participação popular. A entrada é gratuita, aberta à população, que é convidada à participação ativa.

Prefeitura de Campinas



Semana ocorre em todas as regiões da cidade

Samu ensina primeiros socorros para salvar bebês

Profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Campinas (SP) vão orientar a população sobre primeiros socorros e prevenção de acidentes com crianças durante a Semana do Bebê 2025, que começou no último sábado (1/11) e segue até o dia 8 de novembro em todas as regiões do município. As ações são gratuitas, abertas à população e feitas por integrantes do Núcleo de Educação em Urgências (NEU) da Rede Mário

Gatti. Foram planejadas especialmente para o público familiar, com foco em situações comuns na infância, como engasgos, quedas, queimaduras e afogamentos. De acordo com a prefeitura, o objetivo é criar uma cultura de prevenção, fortalecendo a responsabilidade compartilhada entre famílias, escolas e serviços de saúde. A programação completa está disponível e pode ser acessada pelo <https://11nk.dev/semanadobebê2025>

2ª Marcha Zumbi dos Palmares

A 25ª Marcha Zumbi dos Palmares de Campinas será realizada em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, a partir das 9h, e terá como tema "Por reparação e pelo bem viver". O trajeto seguirá da Estação Cultura e passará por ruas centrais da cidade: 13 de Maio, Conceição, Barão de Jaguara, General Osório, Avenida Anchieta, Rua Tomaz Alves e Ave-

nida Francisco Glicério. O encerramento está previsto para às 13h, com um ato público no Largo do Rosário, no Centro. O evento conta com apresentações culturais, batuques e expressões da religiosidade de matriz africana, além de ser um ato de denúncia contra o racismo. É organizada pelo movimento negro e antirracista da cidade.



Centro de Campinas (SP) foi palco de manifestação da esquerda contra as medidas de segurança adotadas por Castro

Megaoperação no Rio vira polêmica em Campinas

Esquerda e direita têm visões distintas do que ocorreu no RJ

Por Raquel Valli e Moara Semeghini

O debate nacional sobre a megaoperação no Rio de Janeiro e, por conseguinte, sobre as medidas de segurança pública que devem ou não ser tomadas pelo Estado, tem sido marcado pela polarização de opiniões, que extrapolou as fronteiras fluminenses e chegou, inclusive, a Campinas (SP).

A discussão extrapolou as redes sociais e chegou às ruas, refletindo a fissura ideológica que divide o Brasil. Na última sexta-feira (31), o centro campineiro foi ocupado por centenas de manifestantes de esquerda convocados nacionalmente pela Coalizão Negra

por Direitos. Para o movimento, “o que houve (no RJ) foi um massacre, de uma política sistemática de morte que atinge homens e meninos negros nas favelas brasileiras”. A manifestação em Campinas compôs “O Ato Unificado: Chega de Chacinas, Fora Cláudio Castro”, convocado em 15 cidades brasileiras pela Coalizão.

Por outro lado, a direita sustenta que as operações representam não apenas o combate ao narcotráfico, mas a reconquista do território dominado por facções criminosas, que impõem um poder paralelo e fazem dos moradores das comunidades reféns. Neste sentido, a força do Estado é vista como uma resposta necessária e

legítima para restaurar a soberania e garantir o direito à segurança e à cidadania nas áreas conflagradas (leia mais abaixo).

A socióloga Camila Vedovello, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política e Criminologia (Polcrim), da Unicamp, lembra que a Operação Contenção, envolvendo forças de Segurança do Rio de Janeiro nos complexos do Alemão e da Penha, se transformou na ação mais letal da história do Brasil até o momento, com o registro de mais de 120 mortos. A ação mobilizou 2,5 mil agentes. A pesquisadora ressalta a necessidade de um acompanhamento minucioso da sociedade em relação aos detalhes que envol-

veram a operação, que ela aponta como “massacre” ou “chacina policial”. “O que vamos ver, agora, são famílias destroçadas e toda uma comunidade traumatizada. É um estado de barbárie”, define.

Para a vereadora Mariana Conti (Psol), representante da esquerda no município, “a maior chacina da história não pode ser naturalizada e entendida como ‘combate ao tráfico’. É, na verdade, um sistema eleitoral e sanguinário que só produz mais violência”. Ainda segundo a parlamentar, “o crime organizado se combate com operações de inteligência que atinjam as bases econômicas e políticas que sustentam esse mercado bilionário”.

Operação é para reconquista de território, afirma especialista

Para o coronel da reserva Marci Elber Resende, ex-comandante da PM de Campinas (PS), as opiniões veiculadas sobre a segurança pública no Brasil, especialmente após operações de alta complexidade, como a que ocorreu recentemente no Rio de Janeiro, “carecem, infelizmente, de serem embasadas nos fatos, e não meramente em ideologias políticas”. Para o policial, “é preciso que haja uma análise sóbria, feita por verdadeiros especialistas, com verdadeira experiência e conhecimento técnico e não por marqueteiros ideológicos de plantão”.

O coronel aponta que na capital fluminense há um Estado paralelo em áreas conflagradas, ou seja, que os moradores são reféns das facções e, caso não se submetam à tirania por elas impostas, têm suas vidas ceifadas, entre tantas outras mazelas.

Por isso, de acordo com ele, “a operação em não foi fruto de invenção súbita, mas si de um complexo planejamento orquestrado por, pelo menos, dez meses, incluindo a identificação



Coronel Marci Elber Rezende, ex-comandante da PM de Campinas (SP)

dos alvos e a obtenção de mandados”. Quanto à materialização, “impôs a lógica da guerra urbana: a necessidade de entrar em um campo dominado, localizar e prender os bandidos”. Ainda de acordo com o coronel, “a letalidade, infelizmente, é inerente a essa dinâmica, pois o confronto é inevitável onde narcotraficantes dominam o território, e a entrada só é possível mediante combate com

lógica de guerra, e não, entre a troca de flores”.

RJ e SP

Enquanto o Rio de Janeiro lida com o desafio da retomada territorial para a recuperação do estado de direito, São Paulo pode operar sob uma lógica distinta. O território paulista pertence de fato aos moradores, sob a liderança do Estado Paulista. Por isso, em SP, “o foco re-

sido sobretudo no sufocamento financeiro do crime organizado - base de sustentação econômica das facções, pois a duras penas, não existe lugar em que a polícia não entre em São Paulo”, declara.

Mesmo, assim como no Rio, “a abordagem também exige levantamento preciso de inteligência acurada para minimizar ao máximo efeitos colaterais, de forma a se proteger civis”.

Cartão de transporte tem valor fixo

A partir desta semana, a prefeitura de Campinas (SP) passou a cobrar um valor fixo para emitir novas vias dos cartões de Bilhete Único do transporte público municipal: R\$ 6,20, que é o preço da tarifa vigente.

Valores Progressivos

Antes da medida, os valores eram progressivos, duas tarifas para segunda via; três, para terceira; e quatro, acima da quarta. Já a emissão da primeira via segue gratuita, assim como a troca dos cartões emitidos há mais de cinco anos.

O prazo para emissão é de até dois dias úteis, após a solicitação, e os créditos do cartão cancelado são transferidos para o novo. O bilhete é pessoal e intransferível, possibilitando integração de mais de um ônibus dentro de um período de duas horas. Os tipos de bilhetes únicos na cidade são: comum (vermelho), vale-transporte (verde), escolar (azul), gratuito (roxo), especial (laranja) e universitário (cinza).

O objetivo da administração é facilitar o uso e o reingresso do usuário ao sistema de

transporte.

Novela

A prefeitura adiou novamente o edital de licitação para o transporte público da cidade. Além disso, contratou a Bolsa de Valores para auxiliá-la, pagando cerca de R\$ 188 mil do erário. Vereadores da oposição criticaram a medida, caracterizando-a como “marqueteira”. Neste ínterim, o governo federal ofereceu até R\$ 7,7 bilhões em financiamentos para VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e BRT (Bus Rapid Transit), para

a região, por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). De acordo com o Poder Executivo, a proposta está sendo analisada.

Especialistas em mobilidade urbana, advertem, entretanto, que Campinas precisa fazer um dever de casa antes para só então poder aproveitar a oportunidade oferecida pela União: qualificar a pavimentação, aperfeiçoar o controle de trânsito e aliar o sistema de bilhetagem campineiro ao da região metropolitana.

@marianaconti